

Notícias do FMI



Padrão dos Descobrimentos, Lisboa, Portugal. É preciso um novo impulso às reformas para salvaguardar a sustentabilidade. (Foto: Wolfgang Kaehler/Colaborador através de Getty Images)

Países e regiões

Portugal: O impulso ao crescimento exige reformas adicionais

IMF News

22 de setembro de 2016

- Missão de avaliação do FMI constata um abrandamento da recuperação económica portuguesa
- É preciso prosseguir nas reformas estruturais para assegurar a competitividade e o investimento
- Os bancos estão líquidos mas a qualidade dos ativos é baixa, o crédito é fraco

Portugal está a trilhar um caminho de recuperação pós-crise, mas a sua economia continua a sofrer com um crescimento anémico, investimento fraco e desafios de competitividade. O setor bancário detém demasiados créditos mal parados e a dívida pública permanece elevada.

No final de [uma avaliação](#) do estado da economia do país, o chefe da missão, Subir Lall, conversou com o *IMF News* sobre três recomendações específicas da equipa (ver quadro).

Finanças públicas: reverter a reversão

“Com um baixo crescimento e um investimento reduzido, mas com uma dívida soberana elevada, o que Portugal necessita neste momento é de uma consolidação orçamental acumulada de 1% do PIB ao longo de dois anos. Tal compensaria o relaxamento orçamental de 2015 e a evolução projetada pelos técnicos para este ano. Com este ajustamento proposto, estamos

confiantes de que a dívida regressaria finalmente a uma trajetória descendente constante, tornando Portugal mais resiliente a possíveis choques. Também permitiria uma maior flexibilidade orçamental no futuro.”

Reformas estruturais: flexibilidade, mas não às custas de trabalhadores temporários

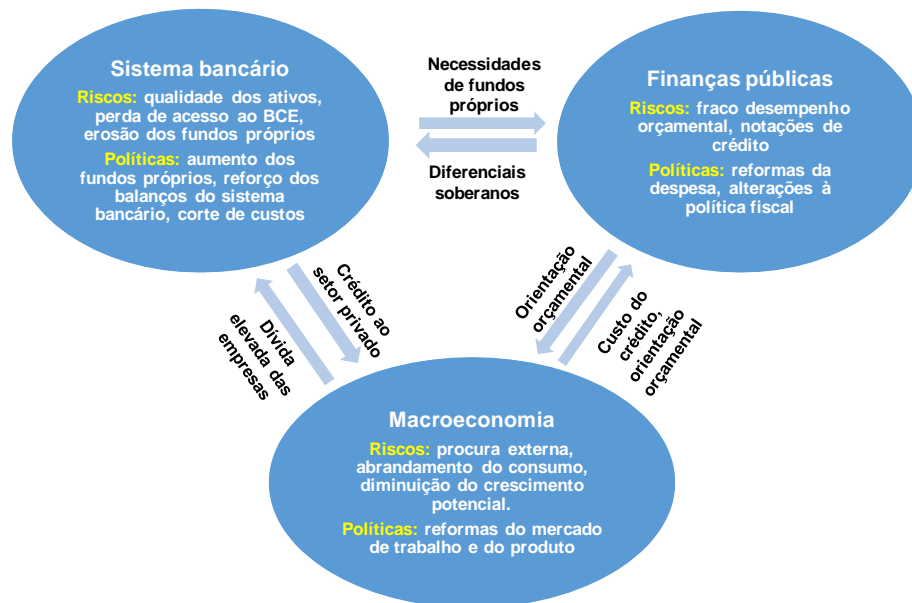
“Lidar com a dívida soberana é, naturalmente, apenas um lado da história. O outro lado é o crescimento. A economia registou impulsos favoráveis durante algum tempo, com taxas de juro reduzidas, um euro fraco e preços do petróleo baixos, mas esses efeitos desvaneceram-se de forma relativamente rápida.

Agora, alguns dos estrangulamentos estruturais têm de ser eliminados para aumentar o crescimento potencial.

Uma área fundamental é a dos custos energéticos, que são ainda relativamente elevados para os níveis de rendimento de Portugal, e que bloqueiam as melhorias em matéria de competitividade.

Os mercados de trabalho constituem outra área de reforma. O facto de o desemprego ter diminuído desde o pico da crise é certamente uma notícia muito bem-vinda. Mas ele ainda é elevado, especialmente entre os jovens. Portugal tem de reorganizar o seu mercado de trabalho, caracterizado, atualmente, por uma combinação de contratos permanentes onerosos e rígidos e contratos a termo certo flexíveis, mas precários. É preciso tornar os contratos permanentes mais flexíveis, melhorando, em simultâneo, os benefícios disponíveis àqueles com contratos a termo certo, de modo a criar uma convergência dos dois tipos de contratos. O objetivo é colmatar a lacuna entre ambos, assegurando a existência de um mercado de trabalho justo para todos, que aumente os incentivos à criação de emprego.”

Portugal: riscos e respostas de política



Fonte: Corpo técnico do FMI.

Setor bancário: momento de tentar algo diferente

“Os bancos ainda estão a lutar com o legado dos créditos mal parados, principalmente entre as pequenas e médias empresas. Esta questão está claramente associada ao crescimento. Quando o crescimento é moroso, lidar com créditos mal parados requer mais tempo. E devido às dívidas incobráveis, muitas empresas não se encontram em situação de investir porque os bancos estão relutantes em emprestar mais a estas ou a novas empresas. Isto perpetua o ciclo vicioso de crédito mal parado elevado, alavancagem excessiva e baixo crescimento.

Consideramos que os bancos têm de abordar o problema com firmeza, eliminar os empréstimos antigos e facilitar o crédito a novas empresas e novos setores que serão os motores de crescimento no futuro.

Precisam de criar espaço nos seus balanços para eliminar os ativos improdutivos.

Recomendamos uma abordagem sistémica ao problema da dívida dos pequenos mutuários, ou seja, um esforço centralizado e com prazos definidos para aumentar os capitais próprios dos bancos de modo a criar espaço no balanço para eliminar os ativos improdutivos. Muitas das dívidas são pequenas, mas quando combinadas, asfixiam os balanços dos bancos, enquanto as novas empresas são incapazes de conseguir crédito com facilidade para financiar os seus planos de investimento.

Mas os bancos também necessitam de cortar custos para melhorar a rentabilidade, e alguns têm realizado esforços concertados. A rede de filiais, por exemplo, é provavelmente mais extensa nalguns casos do que o necessário para suprir as necessidades financeiras da população portuguesa.”

Lições do programa do FMI de 2011-2014 em Portugal

O FMI realizou uma avaliação [*ex post* do programa de 2011-2014](#) em paralelo com a avaliação do estado atual da economia portuguesa e concluiu que o programa relativamente bem sucedido. O pacote de resgate – 26 mil milhões de euros do FMI e 52 mil milhões de euros dos parceiros europeus – estabilizou a economia, mas a sustentabilidade não foi plenamente alcançada. O programa evitou uma crise sistémica e permitiu que Portugal recuperasse o acesso ao financiamento de mercado, mas deixou muitas questões inacabadas: o excesso de dívida soberana e privada, as fragilidades dos bancos e das empresas e a competitividade ainda distante.

A equipa de avaliação, liderada por Adrienne Cheasty, considerou que as ‘grandes decisões’ do programa foram justificadas, mas que os seus esforços para proteger o crescimento tiveram custos.

- A reestruturação da dívida soberana nunca foi uma opção realista – no início devido ao receio de contágio e, mais tarde, devido a ganhos claros do regresso aos mercados.
- O grande ajustamento orçamental inicial foi, por conseguinte, a única estratégia prática para restaurar a confiança do mercado de que a dívida era sustentável; as metas orçamentais foram flexibilizadas, na medida do possível, face ao crescimento desanimador – mas a inversão de medidas reduziu a qualidade do ajustamento e minou a estratégia de competitividade.
- Manter os bancos abertos para evitar tensões adicionais quando não confrontados com uma crise bancária foi justificável tendo em conta a informação disponível; contudo
- a estratégia de apoiar o crescimento impedindo uma desalavancagem demasiado abrupta deixou Portugal num impasse, com fraquezas do setor bancário e um setor privado em estagnação.
- As reformas do mercado de trabalho foram fundamentais para os objetivos de Portugal em matéria de competitividade.

Links relacionados:

[Leia o relatório](#)

[Comunicado de imprensa](#)

[Portugal e o FMI](#)

[Avaliação do programa do FMI de 2011-2014](#)